

**Visíveis, porém culpados: a formação docente no discurso jornalístico**

Tássio José da SILVA<sup>1</sup>  
Ingrid Hotte AMBROGI<sup>2</sup>

**Resumo**

A presente pesquisa tem como objetivo central problematizar os discursos difundidos no campo midiático no que tange à formação de professores. Desta forma, nos apoiamos no conjunto de estudos contemporâneos que focalizam as inter-relações entre os campos da Educação e da Comunicação, fundamentando-nos em pressupostos sistematizados por Nóvoa, Saviani, Wolf e McQuail. A metodologia utilizada nesta pesquisa baseia-se em um estudo exploratório de cunho qualitativo, através da análise dos discursos expressos no Jornal Folha de São Paulo, no que diz respeito à valorização e formação de professores. Concluímos que os noticiários expressos no jornal Folha de São Paulo, recorrentemente, são tendenciosos e, pelo tom e títulos, legitimam o discurso que coloca os profissionais da educação como atores principais nos múltiplos problemas que a educação pública enfrenta atualmente. Nesta perspectiva, podemos considerar que os meios de comunicação de massa, o jornal mais especificamente, através da veiculação de notícias diversas, constrói representações e imagens que contribuem para a formação da opinião pública, que desvaloriza a imagem social dos professores.

**Palavras-chave:** Valorização e formação de professores. Mídia. Debate social.

**Introdução**

A presente investigação tem como objetivo central problematizar os discursos difundidos no campo midiático no que tange à valorização e formação de professores. Neste sentido, pretende-se contribuir com o conjunto de estudos contemporâneos que focalizam as inter-relações entre os campos da Educação e da Comunicação, especialmente os autores como Nóvoa, Saviani, Wolf e McQuail que se debruçam, sobre a temática da formação de professores, e a participação da mídia no debate social desta temática.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Educação pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Prefeitura Municipal de São Paulo.

<sup>2</sup> Professor do Programa de Pós Graduação em Educação Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Doutora em História Social FFLCH-USP e Mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano IP-USP.

Com base neste objetivo, analisaremos como esta temática vem sendo abordada no Jornal Folha de São Paulo, nos meses de fevereiro e agosto de 2009, identificando os posicionamentos discursivos recorrentes neste veículo. As inquietações que resultaram nesta investigação foram motivadas pela constatação de que assuntos referentes aos professores e sua atividade profissional estão cotidianamente, em relevo na mídia, sobretudo em virtude dos dilemas e desafios que o sistema público brasileiro enfrenta atualmente. E é exatamente nos “ombros” destes profissionais que recaem uma possível culpa por grande parte destes problemas, talvez pela atuação principal dos docentes no processo educativo. Diante desta situação, inúmeras são as vozes que manifestam, também na arena midiática, a solução para tais percalços, e os principais envolvidos neste processo quase nunca são ouvidos.

A relevância desta pesquisa se dá pela importância de trazer para o campo da Educação reflexões sobre a participação da mídia no debate sobre questões de interesse dos educadores e da sociedade, inclusive porque a instituição midiática contribui com opiniões e representações referentes à formação, atuação e valorização dos profissionais da educação.

A educação está no centro dos debates atuais, e entre as principais discussões compiladas nesta pesquisa podemos destacar os baixos índices em avaliações externas, como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA<sup>3</sup>, que revela que, apesar dos avanços dos últimos anos, o Brasil ainda se posiciona abaixo do que é indicado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE. Na classificação geral, o Brasil está à frente da Argentina e da Colômbia, entre os países latino-americanos. Ficamos 19 pontos atrás do México (49º), 26 pontos, do Uruguai (47º) e 38 pontos atrás do Chile (45º), em um total de 65 países avaliados (BRASIL, 2011).

Muitos foram os debates em torno do Programa de Avaliação pelo Mérito proposto pelo governo do Estado de São Paulo, ou seja, programa que estabelece que os docentes podem ter ganhos salariais em função do seu empenho e dedicação. Em uma pesquisa realizada, verificou-se que, pela ótica dos professores, o atual programa não possibilita a valorização da carreira docente, pois os critérios adotados são burocráticos e os possíveis aumentos salariais não contemplam os melhores profissionais. Desta

---

<sup>3</sup> O PISA é um programa internacional de avaliação comparada, cuja principal finalidade é produzir indicadores sobre a efetividade dos sistemas educacionais, avaliando o desempenho de alunos na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países (BRASIL, 2011).

forma, o programa reforça a cultura da individualidade no trabalho docente (SILVA, 2010).

Outro assunto importante que permeia o debate midiático diz respeito à situação de precariedade a que muitos professores estão submetidos em todo o país (particularmente os professores que atuam em caráter temporário), situação esta que coloca o professor como um forasteiro na escola, isto é, no final de cada ano é preciso passar por novo processo de seleção para que se possa lecionar no ano seguinte. Com efeito, esta condição impossibilita uma relação mais próxima do docente tanto com os alunos, como com a comunidade na qual a escola está inserida.

## **1 Formação de professores: alguns apontamentos**

A temática da formação de professores vem sendo amplamente discutida no decurso dos tempos, tanto por acadêmicos do campo educacional, quanto por outros profissionais interessados neste assunto. Como demonstra Saviani (2009), a formação docente, no Brasil, começou a ser discutida após a independência deste país, quando se cogitava a constituição da instrução popular, podendo ser dividida em seis períodos.

O primeiro, nomeado ensaios intermitentes de formação de professores (1827-1890), teve início com a lei das escolas de primeiras letras, promulgada em 15 de Outubro de 1827, ocasião em que, pela primeira vez, se tornou explícita a preocupação com a formação de professores. Fica determinado que o ensino nestas escolas seria ministrado pelo método mútuo e que os docentes seriam treinados no respectivo método, com o custeio de cada província.

Outro fato importante apontado por Saviani (2009) refere-se à criação das Escolas Normais, tendência importada dos países europeus e instituída no Brasil, primeiramente, na Província do Rio de Janeiro, na cidade de Niterói, no ano de 1835. Tais escolas tinham como principal objetivo a formação de profissionais para atuarem nas escolas primárias, com ênfase na formação específica, porém o que predominou foi a preocupação com os conhecimentos que seriam transmitidos nas escolas de primeiras letras, ou seja, neste momento já havia a dicotomia entre os conteúdos a serem ensinados e o preparo didático-pedagógico. Entretanto, cabe ressaltar que, como salienta Tanuri (2000, p. 64),:

Na verdade, em todas as províncias as Escolas Normais tiveram uma trajetória incerta e atribulada, submetidas a um processo contínuo de criação e extinção, para só lograrem algum êxito a partir de 1870, quando se consolidam as ideias liberais de democratização e obrigatoriedade da instrução primária, bem como de liberdade de ensino.

O segundo período sistematizado por Saviani (2009) e apontado por Aranha (2006) diz respeito ao estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932). Através da Reforma da Instrução Pública Caetano de Campos, podemos destacar dois aspectos fundamentais que se distinguem da Escola Normal anteriormente fundada, o enriquecimento dos conteúdos curriculares anteriores e foco nos exercícios práticos de ensino, cujo ponto principal foi a criação da escola-modelo, anexa à Escola Normal. A referida reforma levada a cabo na capital paulista se estendeu para as demais cidades do interior e outros Estados, que ora enviavam seus educadores para conhecer este modelo de escola, ora recebiam os próprios educadores da cidade de São Paulo.

O terceiro período trata da organização dos Institutos de Educação (1932-1939), que foram criados não apenas com foco nas atividades de ensino, mas também nos trabalhos de pesquisa. O Instituto de Educação do Distrito Federal, criado e planejado por Anísio Teixeira, e o Instituto de Educação de São Paulo, dirigido por Fernando de Azevedo, nasceram sob o ideário da escola novista. Como ainda refere Saviani (2009), Anísio Teixeira propôs uma reforma nas Escolas Normais, transformando-as em Escola de Professores, que já incluía, desde o primeiro ano, disciplinas teóricas e práticas. Portanto, os Institutos de Educação centraram-se na inclusão da pedagogia como conhecimento de cunho científico e na solidificação do modelo pedagógico-didático na formação docente.

O quarto período faz referência à organização e implantação dos cursos de pedagogia e de licenciatura e consolidação do padrão das Escolas Normais (1939-1971). Os Institutos de Educação de São Paulo e do Distrito Federal foram elevados a nível universitário e agregados à Universidade de São Paulo e à Universidade do Distrito Federal, respectivamente. No ensino normal foi aprovado o decreto-lei, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Normal, que dividiu o curso normal em dois ciclos. O primeiro se referia ao ciclo ginásial do curso secundário e tinha a duração de quatro anos, e o segundo correspondia ao ciclo colegial do curso secundário, com duração de três anos.

O inicial tinha objetivo de formar regentes do ensino primário e funcionaria nas Escolas Normais regionais, e o segundo focava a formação de professores do ensino primário e seria realizado nas Escolas Normais e Institutos de Educação. O ciclo colegial também contaria com cursos de especialização de professores primários para as áreas de educação especial, ensino supletivo, desenho e arte.

Cabe ressaltar que, até meados da década de 60 do último século, a escola pública estava marcada fortemente pela “dualidade” dos sistemas de ensino, isto é, “pela coexistência de dois padrões diferentes de escolaridade para clientela socialmente diversas” (BEISEGEL, 1992, p.11). Revelava-se, pois, uma educação para as elites, amparada pelo governo federal, que se iniciava no primário e se estendia até a universidade, e um outro tipo de instrução para as camadas populares, esta organizada pelos governos regionais, dotados de poucos recursos, com o objetivo de formar mão-de-obra para o trabalho.

Com a promulgação da Lei 5.692/ 71<sup>4</sup>, como assinala Beisegel (1992, p.12),

[...] ocorreu uma verdadeira revolução no sistema de ensino. Nesse período, enquanto a legislação ainda preservava a anterior destinação elitista da escola secundária, enquanto educadores, intelectuais e administradores, com raras exceções, continuavam a defender a seletividade e a função propedêutica desse tipo de ensino, as populações urbanas, pela força de suas reivindicações, deram início ao processo de transformação da realidade educacional do país. No Estado de São Paulo, onde este movimento teve notável impulso, já nos primeiros anos da década de 1960, pelo menos nas áreas urbanas, a escola secundária tornara-se acessível aos candidatos de todas as camadas sociais.

Fica claro que tais mudanças, no que concerne à entrada das grandes massas no nível secundário da escolaridade, acarretaram abalos na organização da escola pública como um todo. O quinto período retratado por Saviani (2009) destaca a substituição da Escola Normal pela habilitação específica de Magistério (1971-1996). O golpe militar de 1964 demandou mudanças no campo educacional, concretizadas na nova legislação de ensino. Os ensinos primário e médio foram nomeados para primeiro e segundo grau. Em 1982, o governo criou o projeto Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAMs), que se caracterizou como resgate e revitalização da Escola Normal. Como assinala Cavalcante (1994, p.59)

---

<sup>4</sup> Esta lei fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.

Segundo documentos do MEC sobre o projeto, não se trata da criação de uma nova unidade escolar, mas do redimensionamento da mesma Escola Normal, em seus aspectos qualitativos, em sua amplitude e em sua área de abrangência, voltada, simultaneamente, para o professor em formação, o professor em exercício, formado ou leigo, e para a comunidade, procurando manter um plano de educação permanente integrado à escola de 1º grau ( 1ª à 4ª série), à pré-escola e à instituição do ensino superior.

O sexto e último período, tal como explicitado por Saviani (2009) e também referenciado por Tanuri (op. cit.), deu-se pelo advento dos Institutos Superiores de Educação e das Escolas Normais Superiores (1996-2006), após o regime militar, com a nova Lei de Diretrizes e Bases, promulgada em 20 de dezembro de 1996. A nova lei introduziu como alternativa aos cursos de pedagogia os Institutos Superiores de Educação e as Escolas Normais Superiores, que emergem como instituições de segundo escalão, com uma formação mais rápida, mais barata e com cursos de curta duração.

O percurso histórico da formação de professores tem demonstrado que, nos últimos dois séculos, as inúmeras mudanças introduzidas no campo da formação docente, apesar de ininterruptas, não lograram um modelo formativo consistente, face às dificuldades encontradas na educação escolar pública (SAVIANI, 2009).

Esta breve trajetória ora sistematizada instiga-nos a refletir sobre dois aspectos importantes que, juntos, nos permitem compreender a atual conjuntura e os problemas enfrentados pela educação pública. Em primeiro lugar, a entrada das grandes massas à escola pública, principalmente a secundária, trouxe mudanças profundas no modelo de organização das instituições. O que fazer e como instruir uma parcela da população até então desconhecida? Frente a este primeiro obstáculo, podemos questionar se o advento da globalização e o início de uma vertiginosa transformação da sociedade acentua ainda mais o abismo da ineficiência da escola.

## **2 Mídia e sociedade: visibilidade tensionada?**

Os tempos atuais partilham características próprias, como o aceleração da produção tecnológica, o rápido e imediato acesso a informações e dados armazenados, as interações socioculturais em âmbito global, os efeitos ampliados da comunicação,

que são “práticas discursivas e simbólicas”, além do consumo de bens e expansão dos mercados (POLISCHUK & TRINTA, 2003).

Podemos considerar que a mídia é dependente da sociedade, porém sua autonomia cresce de acordo com a sua influência. A relação entre mídia e sociedade fundamenta-se na relação tempo e lugar, ou seja, a mídia está intimamente ligada aos contextos socioculturais e, inclusive, históricos, uma vez que os textos midiáticos podem ser interpretados e incorporados de forma diferente em determinadas sociedades, como as ocidentais, por exemplo. Para McQuail (2003, p. 06) “Os media estão inevitavelmente envolvidos nestas áreas de disputa como produtores e disseminadores de sentido acerca dos acontecimentos e contextos da vida social, tanto privada como pública”. Neste sentido, os seres humanos envolvidos nestas múltiplas imagens habitam em um mundo construído por efeitos de representação, processados pelos meios de comunicação, em que o real também é configurado por fortes aparências midiáticas.

Em meio a todos os avanços, os meios de comunicação, dotados por variadas tecnologias eletrônicas de última geração, se transformaram em “palcos para representação de atos, ações e atividades sociopolíticas, proporcionando ao cidadão comum a referência social que lhe vinha faltando” (POLISCHUK & TRINTA, op. cit., p. 145). A mídia tem por finalidade coincidir com o imaginário coletivo (imagens e representações que uma sociedade faz de si mesma e pelas quais sua cultura se explicita), e neste processo influencia os domínios da comunicação, arte, formas de ser e agir e, não raramente, o campo difuso da cultura.

Vale destacar que, na concepção de Wolf (2006), os meios de comunicação de massa disputam com outras instituições tradicionais a hegemonia no que se refere ao poder e domínio da construção de sentidos socialmente valorizados, e assim declaram-se os representantes mais qualificados da opinião pública. Este autor salienta que, entre os aspectos que definem o poder da mídia, inclui-se o argumento de que ela representa uma indústria cultural capaz de alcançar grande parte da população e certo grau de consenso na mensagem que está sendo difundida (embora haja negociações de sentido) e, por fim, credibilidade e confiança por parte das audiências.

A hipótese da Agenda Setting originou-se a partir dos estudos de Maxwell McCombs e Donald Shaw, no ano de 1972, apesar de os postulados básicos terem sido elaborados pelo pesquisador Walter Lippmann, em *Public Opinion*, 1922. Para Shaw

(1979, apud Cundari 2006, p. 36), “o pressuposto fundamental do agendamento (agenda setting) é que a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhe é fornecida, por empréstimo, pelos meios de comunicação de massas”. A hipótese do agendamento foi publicada primeiramente em um artigo assinado por McCombs e Donald Shaw, em 1972, tal publicação oriunda de uma pesquisa realizada no período das eleições para presidente de 1968, o paradigma vigente defendia que o poder dos meios de comunicação era reduzido e seus efeitos, limitados.

A partir dos estudos dos pesquisadores norte-americanos, a teoria da agenda setting integrou-se no conjunto das teorias dos *Efeitos a Longo Prazo*, pois trata-se de uma construção teórica que analisa a ação dos meios de comunicação, não apenas como formadores de opinião, causadores de efeitos diretos, mas também como alteradores da estrutura cognitiva das pessoas. O modo como cada indivíduo percebe e conhece a realidade é pautado diretamente pela mídia, por um agendamento de temas e assuntos que ganha relevo nas conversas cotidianas de sujeitos e grupos (CUNDARI, 2006).

De acordo com Wolf (2006, p.145), Cohen afirmava *"embora a imprensa, na maior parte das vezes, possa não ser bem sucedida ao indicar às pessoas como pensar é espantosamente eficaz ao dizer aos seus leitores sobre o que pensar"*. Muitos estudos anteriores já afirmavam a coincidência entre os assuntos propagados pela mídia e o que habitualmente se discute em conversas cotidianas, e hoje a mídia desempenha este papel quando, por exemplo, na cobertura das eleições presidenciais evidencia este ou aquele ponto de vista.

### **3 Metodologia**

Numa perspectiva correlata a esses cruzamentos teóricos, desenvolvemos uma pesquisa, de caráter qualitativo, que incidiu sobre a análise das matérias do jornal que reportam a temática da valorização e formação dos professores. Em um primeiro momento serão abordados os títulos das matérias, analisando sua importância no conjunto das notícias. A amostra constitui-se de 15 exemplares publicados em diferentes dias dos meses de fevereiro e agosto de 2009, num total de 59 publicações. Estes meses caracterizam a opção metodológica de dividir o ano de 2009 em dois semestres, a fim de investigarmos as ocorrências discursivas no início do ano letivo, e



no retorno do recesso. A identificação dos discursos contemplará todos os textos expressos nos mesmos, independentemente da seção onde são apresentados. Agrupamos o material coletado em 4 blocos que serão analisados a luz das seguintes categorias títulos das notícias e tom dos discursos.

#### 4 Resultados e discussão

No Bloco 1, os títulos das reportagens referem-se especificamente à formação e valorização dos professores. Como principal eixo temático, destaca-se a questão pertinente aos cursos de formação de professores, apontando o baixo nível de qualidade das Instituições de Ensino Superior, especialmente as instituições privadas. Este bloco também contempla a discussão acerca do decrescente número de formandos em cursos de licenciatura.

<b>TÍTULOS DAS MATÉRIAS</b>	
✓	País forma cada vez menos professores
✓	Para Pedagogos baixos salários e desprestígio social explicam fenômenos
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ensino superior e distante</li> <li>✓ Piores faculdades crescem mais que a média</li> <li>✓ Analistas criticam crédito para curso fraco</li> <li>✓ Acesso a um ensino superior de qualidade</li> </ul>

No Bloco 2 os títulos apresentam as matérias cujo eixo temático reporta-se às políticas públicas de âmbito estadual, incluindo a questão do regime de trabalho temporário sob o qual muitos professores estão sujeitos.

**TÍTULOS DAS MATÉRIAS**

- ✓ Só terá aumento por mérito o professor que faltar pouco
- ✓ 1500 professores nota zero vão dar aulas em São Paulo
  - ✓ Prova foi pautada pela bagunça, diz APEOESP
- ✓ Auditoria aponta falhas em reformas de escolas do Estado
- ✓ Professor nota zero em avaliação pode perder cargo em julho
- ✓ Professor temporário é um “forasteiro” na escola, diz educadora
- ✓ Tendências e debates: têm sido acertadas as ações do governo de SP para melhorar a educação básica no Estado
  - ✓ 1 a cada 5 professores brasileiros é temporário
- ✓ Estado é omissor por manter docente nota zero, diz juíza
- ✓ Professor temporário deve passar por nova avaliação

No Bloco 3, compilamos os artigos de opinião cujos os títulos se relacionam à temática ora especificada.

**TÍTULOS DOS ARTIGOS**

- ✓ Repitam a escola e os políticos. Não o aluno
- ✓ Precários: a cura pelo concurso

O Bloco 4 apresenta duas reportagens cujos títulos não se encaixando nos eixos temáticos anteriores, contemplam assuntos específicos que, indiretamente, se relacionam com a discussão pretendida.

**TÍTULOS DAS MATÉRIAS**

- ✓ Escola passa aluna que pediu reprovação por não saber ‘nada’
- ✓ Professor falta 5 dias por problemas de voz

#### 4.1 Títulos das Matérias

A partir das análises dos títulos, que no contexto da notícia é o que antecipa e que mais impacta o que será verificado pelo leitor, podemos constatar o modo pejorativo em relação ao qual o jornal Folha de São Paulo trata as questões que se referem à formação e valorização de professores, como se estes profissionais fossem os únicos culpados pelos atuais problemas educacionais. Nesta perspectiva, as chamadas das matérias analisadas desconsideram toda a conjuntura de órgãos, colegiados e políticas públicas que orientam e normatizam a organização dos sistemas de ensino, além dos aspectos históricos que iluminam a problemática atual.

Os títulos das reportagens que seguem retratam justamente essa primeira avaliação que estruturamos nesta pesquisa exploratória: “1500 professores nota zero vão dar aulas em São Paulo”<sup>5</sup>, “Professor nota zero em avaliação pode perder cargo em julho”<sup>6</sup>, “Estado é omissor por manter docente nota zero, diz juíza”<sup>7</sup>. Essas notícias permitem-nos explorar algumas indagações a respeito do contexto que informa e envolve a problemática da formação e valorização de professores no Brasil. Quem são os profissionais considerados nota zero? Sob quais aspectos e sob quais condições podem ser classificados como professores nota zero? Apesar da multiplicidade de informações trazidas pelas notícias, estes títulos tendem a ser impactantes do ponto de vista do leitor, sobretudo porque sintetizam um posicionamento que pode ser reproduzido coletivamente, já que, na dinâmica da leitura, muitas pessoas podem priorizar a chamada principal, não dando continuidade à análise do texto subsequente.

Esses exemplos tendem a firmar como através de um discurso unilateral a mídia pode produzir imagens e posicionamentos muitas vezes distorcidos da realidade. Como assinala Morigi (2004, p. 06), “a redução da realidade a um discurso formatado, produzido para ser veiculado em mídias de grande alcance, produz uma simplificação e banalização do real”. Wolf (op. cit.), em relação a este propósito, explica que a fragmentação dos conteúdos e das questões que representam a realidade social situa-se, exatamente, entre dois movimentos que se contrapõem: de um lado, a extração dos acontecimentos dos seus contextos; de outro, a reinserção dos acontecimentos

---

<sup>5</sup> Matéria publicada no dia 10 de fevereiro de 2009.

<sup>6</sup> Matéria publicada no dia 11 de fevereiro de 2009.

<sup>7</sup> Matéria publicada no dia 14 de fevereiro de 2009.

noticiáveis no contexto constituído pela “confeção”, pelo formato do produto informativo. O título da notícia, neste caso, pode incorrer numa dinâmica de total esvaziamento e/ou parcialidade em relação ao todo da matéria discriminada, posicionando-se de forma a chamar a atenção do leitor, a todo custo, enquanto adota ou suprime informações que podem ser valiosas para a interpretação geral da notícia (Wolf, op. cit.). Este esquema, inclusive, pode muitas vezes ir ao encontro de interesses e ideologias defendidos pelo veículo de comunicação.

É também neste sentido que, como explorado nesta investigação, a Hipótese da Agenda Setting revela que as notícias, ou mesmo leituras simplificadas de títulos e chamadas de textos midiáticos, tomam corpo e reconhecimento no cotidiano de grupos sociais, contribuindo para a tematização de questões que são de interesse público. McQuail (op. cit.) sublinha que a mídia, dada sua abrangência, frequência e impacto na vida diária dos sujeitos sociais, é um dos mais importantes vetores disseminadores não apenas de pautas temáticas a serem debatidas nas esferas pública e privada, mas também de posicionamentos ideológicos que passam a ser admitidos como válidos. A agenda do debate de interesse público, desta forma, encontra-se também permeada por discursos priorizados pela agenda de diversos meios de comunicação.

Ao contrário dos exemplos citados, alguns títulos cumpriram, na nossa percepção, o seu objetivo de instigar o leitor à leitura de toda a reportagem, sem carregarem metáforas ou juízos que enviesam as chamadas das matérias. Podemos identificar certa objetividade desses títulos nos seguintes casos: “*País forma cada vez menos professores*”<sup>8</sup>, “*Ensino superior e distante*”<sup>9</sup>, “*Piores faculdades crescem mais que a média*”<sup>10</sup>, “*1 a cada 5 professores brasileiros é temporário*”<sup>11</sup>, “*Acesso a um ensino superior de qualidade*”<sup>12</sup>. Estas questões são de interesse de toda a sociedade, pois estão diretamente ligadas às perspectivas futuras de jovens que tem por objetivo ingressar no nível superior, assim como daqueles que se encontram na condição de universitários. Faz-se necessário descortinar a realidade e pontuar, enfaticamente, que a maioria das Instituições de Ensino Superior privadas, salvo exceções, não contribuem qualitativamente com a formação dos futuros professores.

---

<sup>8</sup> Matéria publicada no dia 03 de fevereiro de 2009.

<sup>9</sup> Matéria publicada no dia 04 de fevereiro de 2009.

<sup>10</sup> Matéria publicada no dia 04 de fevereiro de 2009.

<sup>11</sup> Matéria publicada no dia 20 de fevereiro de 2009.

<sup>12</sup> Matéria publicada no dia 31 de agosto de 2009.

Na gênese desta problemática, a criação de muitas instituições sempre foi considerada um processo nebuloso, em que critérios políticos se sobrepujam aos méritos acadêmicos. Ficou estabelecido que para ter autorização de abertura de algum curso ou reconhecimento bastava a formação de *lobbies* que agiam diretamente com os relatores dos processos, ou com funcionários do MEC. Constata-se, de acordo com muitos testemunhos, que existiam roteiros padronizados oferecendo o mapa da mina, ou seja, os critérios para que se obtivesse sucesso nos processos de criação, autorização e reconhecimento de cursos e Universidades (WANDERLEY, 1998).

Para vencer a batalha burocrática, muitas destas empresas optavam por alguns métodos antiéticos, como:

[...] basta lembrar os casos amplamente conhecidos de listas de docentes titulados que nunca comparecem na instituição, bibliotecas emprestadas que voam de cidade para cidade, planos que nada mais são do que um amálgama de petições de princípios e de intenções, projetos formulados por assessores *ad hoc* que maquiavam os dados reais, e assim por diante (WANDERLEY, op. cit., p. 86-87)

Verifica-se que muitas das universidades e centros universitários demonstravam, desde a sua criação, que o principal objetivo era desfrutar de uma fatia do mercado que estava em ascensão em meados da década de 90 do último século, a expansão do ensino superior. Neste caso específico, o retorno financeiro era garantido, o que pode ser comprovado em publicação<sup>13</sup> do jornal Folha de São Paulo que relata a expressiva expansão das matrículas em instituições que tiveram as piores avaliações pelo MEC.

De acordo com este histórico, não há que se estranhar que, atualmente, a sociedade brasileira reconheça as diferenças, em termos qualitativos, entre as universidades públicas e privadas. Enquanto as primeiras gozam de prestígio internacional e visibilidade na produção científica, as segundas, na sua grande parcela, possuem as piores notas nas avaliações do MEC, sendo que são estas mesmas instituições que abrigam a maior parte da população que não tem a possibilidade de ingressar nas universidades públicas.

---

<sup>13</sup>Matéria publicada no dia 04 de fevereiro de 2009, intitulada “Piores faculdades crescem mais que a média”.

## 4.2 Tom dos discursos

O tom utilizado pelo jornal nas matérias, em geral, é negativo, porém, quando se trata das questões acopladas no Bloco 1 da tabela apresentada inicialmente, ele se torna mais ameno, pois algumas delas se referem à falta de qualidade do curso de formação de professores. Percebemos que algumas publicações deixam de fazer uma crítica mais pontual em relação a estas Instituições de Ensino Superior, sobretudo as particulares, o que nos permite especular o fato de que o posicionamento crítico do jornal pode refletir, negativamente, contra os próprios parceiros que divulgam suas empresas no jornal, a partir da compra de espaço para anúncios. A educação, nesta linha de interpretação, está a serviço da lógica do mercado e de interesses capitalistas dominantes.

Na reportagem publicada no dia 04 de fevereiro de 2009, intitulada “*Piores faculdades crescem mais que a média*”, o referido jornal explica, detalhadamente, como é calculado o Índice Geral de Cursos (IGC) e situa o leitor quanto aos critérios de avaliação, expondo dados importantes, como o que refere que, das 454 instituições mal avaliadas<sup>14</sup>, 436 (96%) são privadas. Para esta análise, citam a Faculdade Maurício de Nassau (PE), Faculdade Comunitária de Campinas (SP) e o Centro Universitário Sant’Anna (SP). De acordo com o jornal, as três ampliaram em cerca de 3000 o número de matrículas. Cresceram respectivamente 78%, 68% e 48%”. O jornal enfatizou que as duas últimas tiveram o índice 2, e a primeira teve média 1 (a mais baixa).

As universidades consideradas piores pelo próprio Ministério da Educação cresceram mais que a média do setor em número de alunos entre 2006 e 2007, de acordo com o novo Censo da Educação Superior, divulgado anteontem. O sistema como um todo cresceu 4,5% no período passou de 4,6 milhões para 4,8 milhões. Já as 454 instituições que receberam as mais baixas notas (1 e 2) do MEC aumentaram suas matrículas em 7,3% de 548 mil para 588 mil. Com isso, 12% dos universitários do país estudam em escolas consideradas ruins. A nota é dada pelo IGC (Índice Geral de Cursos) que varia de 1 a 5 e leva em conta prova feita pelos alunos e critérios como titulação de professores<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> Instituições mal avaliadas são as que tiraram notas 1 e 2. A nota máxima estipulada pelo Índice Geral de Cursos (IGC) é 5. Matéria publicada no dia 04 de fevereiro de 2009, intitulada “*Piores faculdades crescem mais que a média*”.

<sup>15</sup> Folha de São Paulo, 04 de fevereiro de 2009, página C.5.

Neste sentido, podemos analisar que esta reportagem foi importante para esclarecer a atual situação das instituições privadas de ensino superior e para que os leitores pudesse ter clareza destas informações, posicionando-se frente a essa problemática. Mas o que nos interessa pontuar é que, por se tratar de um assunto tão complexo e de importância para a sociedade brasileira, por que ao contrário de citar apenas três instituições com notas baixas o jornal não publicou a lista completa ou, pelo menos, as instituições de São Paulo, já que se trata de uma publicação de tiragem estadual? Por que o jornal, que integra uma instituição social (a mídia) que problematiza assuntos de interesse público, não propôs uma análise mais aprofundada sobre a qualidade dos cursos oferecidos pelas faculdades, centros universitários e universidades privadas?

A mídia reveste-se de um importante poder de colocar em evidência questões que são de interesse da sociedade, contribuindo para o aprofundamento do processo democrático e para o debate ampliado na esfera pública. Wolf (op. cit.) refere que a abordagem dos meios de comunicação em relação a certo acontecimento também é de extrema importância na dinâmica de diversificação e formação de opiniões em âmbito social. Nesta perspectiva, este autor chama a atenção à necessidade de os dispositivos midiáticos explorarem, de forma neutra, os acontecimentos que serão noticiados, não adotando posicionamentos enviesados a favor de um ou outro grupo diretamente envolvido no conteúdo da notícia. A imparcialidade, deste modo, encontra-se diretamente alinhada ao caráter social e cidadão das instâncias que lidam com a divulgação e exposição de notícias de interesse público. O tom que permeia o tratamento da notícia deve priorizar a neutralidade (Wolf, op. cit.).

Outra importante publicação, datada de 20 de fevereiro de 2009, referiu-se à constatação alarmante de que, no Brasil, um a cada cinco docentes do ensino básico atua em caráter temporário. Dos Estados pesquisados, São Paulo e Mato Grosso registram o número mais elevado, chegando a 40% de profissionais atuando com contrato temporário, enquanto a média nacional registra 22%. Em números, totalizam-se 227.612 professores temporários no país. A esse respeito Roberto Leão presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) declara que;

[...] o ideal são os concursos públicos. Temporários só para “emergências”. “Isso não poder ser política estadual, como ocorre em SP, uma verdadeira aberração”. A insuficiência de candidatos qualificados é justamente uma das razões que explicam a contratação precária. Outra é a não-realização do concurso por período longo ou a cessão de docentes para outras funções. Em São Paulo, disse a secretaria de educação, 66 mil cargos de professor efetivo são preenchidos por temporário porque 36 mil deles estão em cargos como coordenação pedagógica e 30 mil em licença<sup>16</sup>.

Esta denúncia é fundamental para se levantar medidas do poder público que transformem e combatam este panorama. Faz-se necessário criar mecanismos que garantam a realização periódica de concursos públicos, para que estes profissionais não continuem atuando numa situação de precariedade, como ocorre atualmente. Para a edição da reportagem, o jornal consultou um professor da Universidade de São Paulo (USP), que emitiu a seguinte posição: “O excesso de temporários impede as escolas de constituírem equipes estáveis, com projetos de longo prazo [...] é muito ruim”. Na concepção deste docente, os professores temporários são acometidos, inclusive, pelo estresse, dada a falta de estabilidade na carreira.

Neste caso, faltou claramente uma postura crítica em relação ao poder público e a sua parcela de responsabilidade nesta problemática. O tratamento e o tom adotado pelo jornal Folha de São Paulo acabam por amenizar a gravidade do tema que se está em pauta, sobretudo no que toca ao questionamento da participação dos governos nos casos avaliados. Também não se problematiza a temática de acordo com os contextos históricos, políticos, sociais que lhes são inerentes.

### **Considerações finais**

Esta investigação resgatou os diversos programas e modelos de formação docente, permitindo-nos considerar que, apesar das inúmeras mudanças ocorridas ao longo dos tempos, ainda não foi possível efetivarmos uma base de formação sólida que faça uma ponte efetiva entre os saberes necessários para o exercício da docência e os desafios da prática cotidiana.

Verificamos que a mídia constitui um importante vetor de imagens e posicionamentos que contribui para a conformação de opiniões acerca de temas

---

<sup>16</sup> Folha de São Paulo, 20 de fevereiro de 2009, página C.7.



distintos. O debate que se desenrola na esfera pública, neste sentido, conta também com enredos e narrativas que são estruturados e veiculados pelos meios de comunicação massiva, de modo que a agenda de discussão social conta, além de outros mecanismos, com a efetiva participação dos discursos midiáticos.

A problematização acerca da valorização e formação dos professores, como vimos, reveste-se de destaque na agenda midiática, o que nos conduziu às indagações acerca dos modos como esta temática vem sendo tratada neste campo. Concluimos que os noticiários expressos no jornal Folha de São Paulo, no que se refere à valorização e formação de professores, muitas vezes são tendenciosos e, pelo tom e títulos, legitimam o discurso que coloca os profissionais da educação como atores principais nos múltiplos problemas que a educação pública enfrenta atualmente. No entanto, diante desta afirmação, podemos considerar que os meios de comunicação de massa, o jornal mais especificamente, através da veiculação de notícias diversas, constrói representações e imagens que contribuem para a formação da opinião pública, que desvaloriza a imagem social do professores.

Discutir os problemas educacionais instiga-nos a tratar uma série de problemas que poderiam ser debatidos pelos meios de comunicação de forma mais contextualizada. Entre eles, podemos destacar a importância de se criar estratégias para atrair os melhores profissionais para a docência, visto que, nos países com maior desempenho no PISA, a remuneração dos professores se encontra no nível dos salários dos engenheiros e médicos. Esta é uma das ações importantes para que, de fato, a docência seja valorizada socialmente, porém as questões financeiras não são os únicos impedimentos neste processo.

A reestruturação dos cursos de formação de professores é outra questão importante que precisa ser discutida e debatida com as instituições e teóricos que se debruçam sobre esta temática. É preciso estreitar a relação entre a universidade e as escolas que abrigarão os futuros profissionais. Os estágios, tal como organizado atualmente, não estão conseguindo cumprir os objetivos de possibilitar um diálogo entre o que é discutido na formação inicial e a prática cotidiana, cheia de desafios e particularidades.

E no que diz respeito aos professores, é preciso que se façam ouvir, ou seja, a representação da classe não dever ser posta nas mãos apenas dos sindicatos, pois, na

verdade, não sabemos claramente qual é o verdadeiro posicionamento desta entidade. Faz-se necessário que os professores se constituam como grupo, inicialmente, dentro do próprio contexto de atuação, e assim criar uma identidade comum de um grupo que busca valorização social e anseia por legitimação do seu trabalho. Afinal, toda a sociedade tem clareza da importância do trabalho desenvolvido pelos professores, porém o que encontramos são múltiplas vozes que prescrevem inúmeras receitas para a educação brasileira.

### Referências

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. *História da educação e da pedagogia geral e Brasil*. São Paulo: Moderna, 2006.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Apresentação. In: MARILIA PONTES SPOSITO. (Org.). *O povo vai à escola*. São Paulo: Edições Loyola, 1984.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/internacional/pisa/>. Acesso em: 18 abr. 2011.

CAVALCANTE, Margarida Jardim. *CEFAM: Uma alternativa pedagógica para a formação do professor*. São Paulo: Cortês, 1994.

CUNDARI, Paula Casari. *Limites da liberdade de expressão: imprensa e judiciário no "Caso Editora Revisão"*. 2006. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

McQUAIL, Denis. *Teoria da comunicação de massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MORIGI, Valdir José. Teoria social e comunicação: representações sociais, produção de sentidos e construção dos imaginários midiáticos. In: *Revista Eletrônica da Associação Nacional dos Programas de Pós- Graduação em Comunicação*, Dezembro, 2004.

POLISTCHUK, Ilana; TRINTA, Aluizio Ramos. *Teorias da comunicação: o pensamento e a prática da Comunicação Social*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SAVIANI, Dermeval. "Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro". In *Revista Brasileira de Educação*, vol. 14, n.40, Rio de Janeiro, jan./Abril. 2009.

SILVA, Raquel de Paula Cunha de. *Profissionalização e valorização da Carreira docente: uma discussão sobre a meritocracia na educação*. Trabalho de Graduação Interdisciplinar, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.

TANURI, Maria Leonor. *História da formação de professores*. In: *Revista Brasileira de Educação*, nº 14, Maio/Agosto, 2000.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Criação de novas universidades: um processo à brasileira. In: *Revista Brasileira de Educação*, nº 08, Maio/Agosto, 1998.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. 9.ed. Lisboa: Editorial Presença, 2006.